



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

Qualidade de Vida Urbana: análise de serviços financeiros em Belo Horizonte

Autores:

Anderson Cavalcante - Cedeplar/UFMG - atmc.economia@gmail.com

Resumo:

A análise da distribuição espacial dos bens e serviços e de seus impactos sobre a qualidade de vida das pessoas é importante tema para estudos urbanos. Esse artigo tem o objetivo de discutir a qualidade de vida urbana a partir da análise da distribuição e uso de serviços financeiros em Belo Horizonte. Em um mundo de crescente financeirização das relações, o principal argumento deste trabalho é que as avaliações sobre qualidade de vida nos espaços urbanos, em particular aquelas que incorporam acesso a serviços financeiros, devem considerar elementos relativos às formas e tipos de uso desses serviços. Dessa forma, a análise incorpora centralidade financeira urbana como fundamental, possibilitando a discussão de exclusão financeira absoluta e relativa como fatores cruciais na qualidade de vida. Os resultados da análise empírica apontam que parâmetros de uso de serviços financeiros são relevantes para a avaliação da qualidade de vida urbana em Belo Horizonte.



QUALIDADE DE VIDA URBANA: ANÁLISE DE SERVIÇOS FINANCEIROS EM BELO HORIZONTE

Resumo

A análise da distribuição espacial dos bens e serviços e de seus impactos sobre a qualidade de vida das pessoas é importante tema para estudos urbanos. Esse artigo tem o objetivo de discutir a qualidade de vida urbana a partir da análise da distribuição e uso de serviços financeiros em Belo Horizonte. Em um mundo de crescente financeirização das relações, o principal argumento deste trabalho é que as avaliações sobre qualidade de vida nos espaços urbanos, em particular aquelas que incorporam acesso a serviços financeiros, devem considerar elementos relativos às formas e tipos de uso desses serviços. Dessa forma, a análise incorpora centralidade financeira urbana como fundamental, possibilitando a discussão de exclusão financeira absoluta e relativa como fatores cruciais na qualidade de vida. Os resultados da análise empírica apontam que parâmetros de uso de serviços financeiros são relevantes para a avaliação da qualidade de vida urbana em Belo Horizonte.

Palavras-chave: Qualidade de Vida Urbana; Serviços Financeiros; Centralidades; Belo Horizonte.

Abstract

The analysis of the spatial distribution of goods and services and their impacts on people's quality of life is an important theme in urban studies. This article discusses the quality of urban life based on the analysis of the distribution and use of financial services in Belo Horizonte. In a world of increasing financialization of social relations, the main argument of this work is that any assessment of the quality of life in urban spaces, particularly those that incorporate access to financial services, should incorporate elements related to the forms and types of use of these services. In this way, the analysis includes urban financial centrality as a fundamental concept, enabling the discussion of urban financial exclusion (absolute and relative). The results of an empirical analysis indicate that parameters related to the use of financial services are relevant for the evaluation of the quality of urban life in Belo Horizonte.

Key words: Urban Quality of Life; Financial Services; Centralities; Belo Horizonte



INTRODUÇÃO

As discussões sobre desenvolvimento econômico e social têm se esmerado cada vez mais na análise das interrelações entre bem-estar do indivíduo, o meio ambiente e o espaço em que vive. O aumento da urbanização e a concentração espacial tornam os estudos sobre desenvolvimento cada vez mais dependentes do entendimento das condicionalidades impostas pelo espaço, em diversas dimensões. Essa visão deriva do reconhecimento da incapacidade dos modelos de desenvolvimento tradicionais de oferecerem diretrizes que sejam capazes de promover a superação da violência, da incapacidade cognitiva e da pobreza, além do agravamento da situação social e ambiental, em particular nos grandes centros urbanos, locais de enormes desigualdades sociais e econômicas.

A necessidade de evolução teórica, empírica e analítica no tratamento do desenvolvimento socioeconômico, em particular na direção de uma abordagem espacial para o tema, suscitou a elaboração de diversos estudos sobre qualidade de vida urbana. Em geral, a literatura voltada ao tema se baseia conceitualmente na percepção da qualidade de vida derivada da presença de balizadores locais, que indicariam não só a disponibilidade de elementos geradores de bem-estar, mas também de elementos que refletiriam as possibilidades existentes para transposição de barreiras às liberdades humanas (SEN, 1999). A partir da concepção desses elementos, a literatura então propõe uma série de indicadores que possam expressar o acesso espacial a diversos desses elementos promotores de bem-estar nas cidades, como educação, cultura, saúde e habitação. Entre esses elementos, a disponibilidade de serviços financeiros compõe um importante para qualidade de vida.

A inclusão do elemento financeiro na perspectiva do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida urbana vêm na esteira do aprofundamento da intermediação financeira em diversos aspectos da vida. A intensificação da financeirização afeta diversas interações sociais, incluindo os espaços em que essas interações ocorrem, nem sempre com resultados positivos sobre o bem-estar. Cada vez mais as pessoas são responsáveis por adquirir e administrar os elementos geradores de bem-estar, como saúde, educação e habitação e, em diversas vezes, a obtenção desses bens se dá por vias financeirizadas; a previdência se torna privada, o plano de saúde deve ser pago e o acesso à faculdade precisa ser financiado. Dessa forma, o indivíduo é o único responsável pela capacidade em obter liberdades humanas; os serviços financeiros existentes são meios para viabilizar o acesso àqueles que não possuem recursos plenos para tal.

Logicamente, essa percepção de serviço financeiro como viabilizador do acesso a maiores níveis de bem-estar tem problemas graves, desde da base de concepção individualista até em seu caráter sistêmico. Para nos atermos a um ponto mais simples, para fins deste trabalho, basta considerar que essa concepção traz um fator de desigualdade implícito em sua própria fundamentação: o acesso aos serviços financeiros não é universal e, portanto, se



oportunidades são criadas a partir destes, uma grande maioria se torna diretamente excluída. Assim, há problemas de acesso que devem ser considerados. Entretanto, apenas considerar acesso, mesmo que de forma crítica, ainda é insuficiente, uma vez que a maneira com que o serviço é utilizado pode ter diversos resultados, incluindo efeitos sobre a própria qualidade de vida urbana.

Esse artigo tem o objetivo de discutir a qualidade de vida urbana a partir da análise da distribuição espacial e do uso de serviços financeiros em Belo Horizonte. Em um mundo de intensa financeirização das relações sociais, o principal argumento deste trabalho é que as avaliações sobre qualidade de vida nos espaços urbanos, em particular aquelas que incorporam acesso a serviços financeiros, devem considerar elementos relativos às formas e tipos de uso desses serviços. Dessa maneira, a análise é capaz de incorporar, além da já usual concentração e dispersão espacial de serviços financeiros, a própria centralidade financeira urbana como fundamental para a análise, possibilitando discussões sobre exclusão financeira relativa como fator crucial na qualidade de vida.

O trabalho se divide em duas seções, além dessa introdução e de uma breve conclusão. Na primeira parte, são abordados dois temas da análise: a) o conceito de desenvolvimento e a discussão sobre qualidade de vida, com atenção especial à necessidade de se avaliar com mais precisão os efeitos derivados das formas com que serviços financeiros são utilizados; e b) as características da atividade financeira e suas condicionalidades espaciais, ressaltando a centralidade como ponto analítico fundamental. A segunda seção apresenta alguns dados sobre características dos serviços bancários em Belo Horizonte, na tentativa de avaliar não apenas a disposição das atividades, mas também as condicionalidades espaciais impostas à estas. Por fim, o artigo oferece análise formalizada sobre possíveis efeitos dos tipos de escolhas feitas por agências bancárias e por seus credores sobre a qualidade de vida urbana da cidade.

DESENVOLVIMENTO, BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA URBANA

A discussão sobre qualidade de vida urbana vem sendo composta, usualmente ao longo da história, por um conjunto de conceitos que incorporam bem-estar social, qualidade ambiental, desenvolvimento econômico (sustentável), desigualdades sociais e exclusão. Em termos gerais, os estudos incorporam dimensões específicas do desenvolvimento, com enfoque no urbano. O tema ganhou maior notoriedade nos anos 1960, em um momento de transição do paradigma de crescimento no sistema econômico mundial, quando vigorava a ideia de exaustão das políticas públicas para o crescimento e desenvolvimento. A percepção principal era que o progresso econômico, por si só, não era mais capaz de oferecer maior bem-



estar social, sendo necessário ressignificar alguns aspectos que haviam sido relegados na concepção de desenvolvimento até então vigente.

É nesse período que se intensifica o esforço de inúmeros pesquisadores e instituições para ampliar o escopo do conceito de desenvolvimento. O prisma teórico aprofunda a abordagem em diferentes níveis, partindo da noção do indivíduo em direção à uma concepção mais sistêmica. Para Sen (1999), o principal propósito do desenvolvimento deveria ser reduzir as privações dos indivíduos. A privação extrapola a ideia usual de pobreza, entendida apenas como baixo nível de renda per capita. Dessa forma, a pobreza, enquanto privação, diz respeito à incapacidade de obter o bem-estar por conta da fome, analfabetismo, sujeição a doenças, saúde fraca, exclusão, ausência de poder, humilhação, insegurança, deficiência de acesso à infraestrutura básica, barreiras para a ascensão econômica de mulheres, violação das liberdades políticas e ameaças ao meio ambiente.

Sob esse prisma, um país é tanto mais desenvolvido quanto mais se promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos, o que significa que eles têm capacidades crescentes de ser e de fazer aquilo que valorizam e que têm razões para valorizar. Portanto, segundo Enríquez (2008), esse entendimento ultrapassa a lógica simplória do acesso à renda e à riqueza, sendo que a liberdade é o fim, o objetivo e o meio para o desenvolvimento. As liberdades individuais (política, econômica, oportunidades sociais, garantias de transparência e de segurança) assumem papel duplo, sendo constitutivas, a partir da emergência das liberdades substantivas para o enriquecimento da vida humana; e instrumentais, como possíveis meios de contribuição ao progresso econômico e social. A discussão do desenvolvimento a partir das liberdades envolve, ainda, as oportunidades existentes (a partir das capacidades individuais) e processos envolvidos (as conexões e relações postas que determinam as funções adquiridas).

Sob essas premissas, os anos 70 viram a profusão de estudos sobre indicadores sociais, incluindo o aumento da significância do meio ambiente como fator primordial, muito em resposta à crescente preocupação com a degradação ambiental aliada ao processo de urbanização acelerada (NAHAS et al., 2006). No entanto, essa conjunção entre o urbano e o ambiental não ocorre sem conflitos e contradições: a ideia de que o crescimento urbano e a manutenção do meio ambiente são processos opostos se fazem presentes em formulações teóricas, na regulação ambiental, nas políticas públicas, nas práticas urbanas ou mesmo no movimentos sociais (COSTA, 2000). A saída se dá pela reavaliação da concepção do espaço urbano como materialização espacial das relações sociais, além de elemento transformador dessas mesmas relações e, portanto, passível de ordenamentos que enfatizem a sustentabilidade social. Ademais, elemento chave passa a ser conceber o desenvolvimento de áreas urbanas que melhorem a qualidade de vida e promovam um ambiente que encoraje integração ao mesmo tempo que permita co-habitação de diferentes grupos sociais/culturais. Assim, faz-se importante assumir o espaço como *meio ambiente urbano* que sintetize as



dimensões físicas (naturais e construídas) do espaço urbano e as dimensões de ambiência, de possibilidades de convivência e de conflito, associadas às práticas da vida urbana e à busca de melhores condições de vida, seja para a cidadania, seja na busca de qualidade da vida urbana (COSTA, 2000).

O debate sobre a qualidade de vida urbana, em particular, se faz motivado por essa conjunção de novos elementos que passam a se apresentar na discussão de desenvolvimento, incluindo as preocupações com a intensificação do crescimento e expansão das cidades em todo o mundo, em especial nos países em desenvolvimento. De fato, o termo “qualidade de vida urbana” deriva estritamente da junção entre a qualidade de vida derivada dos processos urbanos, ou da deterioração do cotidiano urbano (agravamento da criminalidade, da exclusão social e pobreza, habitação, transporte, infraestrutura urbana e acesso a serviços), e a qualidade de vida advinda dos recursos naturais e do meio ambiente. Para Harvey (1996), fluxos de moeda e mercadorias e as ações dos seres humanos na construção de sistemas urbanos, que possuem caráter transformador, têm que ser ambos compreendidos como processos fundamentalmente ecológicos, de características sistêmicas e integradas com o ambiente preposto. Esse reconhecimento sinaliza uma maior conscientização dos atributos urbanos e da preeminência da intervenção a partir da concentração urbano-industrial, com maior atenção às questões ambientais que surgem em contraponto ao caráter massificante, predatório e opressor do desenvolvimento dos modos de produção capitalista e estatista (COSTA, 2000).

Muito além de apenas considerar a distribuição igualitária de bens e direitos, os estudos sobre qualidade de vida passaram a ponderar não só elementos imateriais e intangíveis como forma de ampliar os limites dos usuais indicadores socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas também a distribuição espacial de bens e recursos materiais que respondessem às demandas básicas da população. Alguns indicadores de qualidade de vida evoluíram tanto no sentido técnico-metodológico, com utilização de técnicas estatísticas diversificadas que ilustrassem um conjunto sistêmico (MONTEIRO e GOMES, 2017; SANTOS, 2011), mas também para considerar as aspirações das pessoas (foco no indivíduo), incluindo aspectos psicológicos (felicidade) e percepções sobre condições de vida (FAHEL, 2015). Nesse sentido, os estudos se aproximam da ideia da qualidade de vida como a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, dentro de um contexto de um espaço relacional ancorado a um sistema de valores nos quais ele vive e sujeito aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (SEIDL e ZANNON, 2004).

Em meios da evolução, portanto, das concepções para a qualidade de vida urbana, são três os elementos a serem considerados na sua mensuração, segundo Nahas et al. (2006): a) equidade de acesso da população aos bens e recursos urbanos, sob vistas espaciais e sociais; b) qualidade ambiental, com ênfase em aspectos socioambientais relacionados ao meio urbano, e c) a discussão da sustentabilidade do desenvolvimento humano. Para Lemos,



Esteves e Simões (1995), a mensuração da qualidade de vida em determinada região é suscetível ao objeto de análise. Por um lado, é possível levar em conta as características da população como referencial, a partir de noção da agregação das individualidades como base da definição da dimensão humana e social no espaço. Por outro, é também possível concentrar esforços no entendimento de uma variável que seja posta como estruturadora de possíveis conexões com diferentes segmentos da população. Nesse sentido, a mercadoria como unidade mínima de estudo poderia, ao conter certas características e leis e propriedades gerais, afetar a qualidade de vida tornando-se, portanto, uma medida mais razoável da qualidade de vida urbana. A mensuração da disponibilidade espacial de mercadorias específicas como um somatório simples de bens e serviços com valor de troca, apesar de superar dificuldades de agregação da análise focada no bem-estar do indivíduo, ainda sim carece de problemas.

Em particular, a produção da riqueza como indicador da qualidade de vida vai depender fundamentalmente das diferenças da produção no tempo e no espaço. As dificuldades com as dimensões tempo e espaço se resumem a: 1) problemas com as características dos fatores de produção de uma região, que são bens que se tornarão consumo apenas no futuro; 2) ao fato de que parte do consumo (qualidade de vida) é melhor representado pela riqueza, como moradia, infraestrutura viária e preservação ambiental (bens que o valor de uso é dado por seu estoque; e não pelo fluxo de produção; e, por fim, 3) pelo fato da conexão simultânea entre produção e consumo (valor de uso e valor de troca) se dar apenas no contexto urbano (LEMOS, ESTEVES e SIMÕES, 1995). Dessa forma, no sentido lógico da mensuração da qualidade de vida através de mercadorias, sua definição é baseada em termos urbanos, o que resulta em um conceito onde a acessibilidade ao fluxo-produção de serviços (estoque de mercadorias) se torna eixo fundamental.

É necessário destacar que a melhora da qualidade de vida urbana, no sentido de conquista de equipamentos e serviços, é um processo contraditório por natureza. Segundo Damiani (1992), a conquista dessas mercadorias gera um processo de alienação de nível superior para a população, pois criam-se novas oportunidades e uma vida melhor, mas as novas condições postas acabam por serem perenes, requerendo novas lutas pelo urbano para a contínua sobrevivência, um processo de reprodução deteriorada da vida social e urbana. Mais respectivamente em termos de acesso a serviços financeiros, é possível entender a conquista de bens como acesso a serviços e produtos, mas cujas condições de uso podem lançar indivíduos a, por exemplo, posições de endividamento, em uma clara deterioração das condições de reprodução a que se submetem. Nesse sentido, como alerta Damiani (1992, p. 130–131), não se pode permitir que a qualidade de vida urbana, como um sentido para pensar o urbano, seja tomada por uma racionalidade técnica com fins em si própria, sendo necessária a busca por conceitos mais substanciais e relativos à produção do espaço, da vida cotidiana, da reprodução das relações sociais e do modo de vida.



O índice de qualidade de vida urbana (IQVU) proposto por Lemos, Esteves e Simões (1995) e Nahas et al. (1997) leva em consideração primordialmente o acesso da população aos bens, com base nas condições sociais da população. A concepção de acesso abarca diretamente a distância entre o local de moradia e o local de oferta dos bens e serviços, o que implica a existência de custos de transporte, pois tempo e recursos são necessários para que os bens sejam acessados. Essa percepção implica incorporar na mensuração não só as condições materiais e físicas, oferecidas nos diferentes espaços, mas também os efeitos do deslocamento da população. O IQVU dimensiona dez atributos para mensuração na cidade de Belo Horizonte (PBH, 2014), entre eles: equipamentos de abastecimento, comércio e serviços culturais, educação, habitação, meio ambiente, saúde, entre outros, além de serviços urbanos (número de agências bancárias, postos de gasolina, farmácias e correios), principal ponto de estudo deste trabalho.

O objeto de análise deste artigo foca, portanto, nos serviços urbanos, mais respectivamente nas características dos serviços financeiros, entendidos como possíveis indicadores de qualidade de vida. A análise criteriosa dessa dimensão da qualidade de vida urbana é crucial, uma vez que o mundo contemporâneo passa por um intenso processo de financeirização, promotor de desigualdades, que em grande parte é definido espacialmente (BONIZZI, 2013; FRENCH e LEYSHON; WAINWRIGHT, 2011; HALL, 2013; KLINK e DENALDI, 2014; SANFELICI, 2013; AUTOR ET AL., 2018). Durante os últimos 40 anos, a financeirização levou à redução da participação das atividades produtivas na renda, dando espaço para atividades tipicamente financeiras. Nesse processo, a financeirização se condiciona em uma dimensão sócio-espacial muito bem definida, em que o cotidiano médio se torna cada vez mais dependente de serviços financeiros (LANGLEY, 2007). Segundo Autor et al. (2018) um processo de financeirização espacial se assume a partir da disseminação e aprofundamento de motivos financeiros nas ações e comportamentos espacialmente condicionados. O estímulo à financeirização, como uma ruptura constante de típicas relações sociais em relações crescentemente financeirizadas, pode ser originalmente limitado pelo grau de difusão espacial de cada relação financeira a partir de cada produto específico. Enquanto os serviços financeiros puderem ser categoricamente separados por sua complexidade e abrangência territorial, também se pode inferir que a financeirização terá um componente espacial que impulsionará sua difusão sobre o território. Sob esse contexto, no qual a financeirização se manifesta de diversas formas, mas em especial no modo de vida contemporâneo a partir da resignificação de relações sociais sob bases financeiras que se materializam em espaços relacionais, é fundamental entender como as relações financeiras afetam a qualidade de vida.

Portanto, para muito além do acesso simples considerado como indicador de qualidade de vida urbana, a forma de uso de serviços e produtos financeiros passa a ser preeminente, mais especificamente no que diz respeito às condições (quais prazos, garantias



e preços) em que se dá o acesso. Essas condições, quando razoáveis, podem indicar usos mais adequados, seja sob condições que envolvam menores preços e as melhores condições possíveis, seja nos volumes de recursos acessados e diferentes tipos de serviços utilizados. Usos adequados são usualmente identificados como redutores de custos de transação. Entretanto, há de se estender as análises para incorporar o sentido de possibilidades oferecidas, ou seja, entender o conjunto diversificado de serviços e as condições impostas como possibilidades para os agentes alcançarem maiores níveis de bem-estar. Sob essa análise, se condições oferecidas são adversas, por exemplo quando os serviços são mais caros e as condições proibitivas, o uso de serviços e produtos financeiros pode levar ao aumento do endividamento, com maiores proporções de renda sendo consumidas; ou mesmo a situações de inadimplência, que proporcionam perda de bem-estar generalizada e estigmatização. Nesses termos, não apenas o acesso limitado a serviços financeiros, mas seu uso sob condições adversas configura-se como exclusão financeira (relativa) e, dessa forma, afetam negativamente a qualidade de vida. Em casos extremos, a ausência plena de serviços é analisada sob o prisma da exclusão financeira absoluta, com todos seus efeitos ampliados sobre a desigualdade social. A próxima seção explora os fatores determinantes, incluindo os espaciais, da oferta e demanda por serviços e produtos financeiros.

PRODUTOS E SERVIÇOS URBANOS FINANCEIROS

Uma parte essencial da economia e da geografia urbana diz respeito aos elementos que podem elucidar como as cidades são organizadas internamente. Os estudos sobre a localização dos serviços, em geral, são usualmente baseados em teorias acerca da localização de atividades produtivas, tais como teorias de determinação de áreas de mercado e lugares centrais, além daquelas teorias relativas à localização urbana de firmas. Uma das principais contribuições para a compreensão das características intra-urbanas é a ideia da cidade monocêntrica e dos Centros de Negócios (CBD) (DERYCKE, 1992; GLAESER e GOTTLIEB, 2009). Os centros das cidades tradicionalmente concentram uma grande parcela de serviços, desde pequenas empresas até serviços especializados, incluindo serviços públicos (religiosos, administrativos e culturais). Isso vale para muitas cidades, apesar das significativas mudanças contemporâneas nos maiores centros, como a suburbanização.

Nos últimos quarenta anos, as cidades passaram por várias mudanças, muitas delas relacionadas às forças centrífugas que realocam atividades produtivas e população. Os serviços também são dinâmicos em natureza, seguindo o movimento das indústrias para as periferias, embora mais lentamente, muitas vezes para as periferias urbanas. Administração e gestão de negócios, recursos humanos, serviços políticos e administrativos, instalações de hotéis, etc. mudaram-se para lugares que não estão longe dos centros das cidades. Além disso, uma tendência crescente pode ser vista na realocação de instalações urbanas de lazer (cinemas, restaurantes, pubs e quadras de esportes) para novos centros e subcentros (CUADRADO-ROURA, 2013, p. 262). Subjacente a esse processo está o custo e a escassez de



terras, os custos de congestionamento, a degradação das áreas centrais e as políticas e regulamentações municipais que favorecem deslocamentos de atividades, que são, em última análise, incentivadas pela infraestrutura de transporte. O resultado é que as cidades estão se tornando cada vez mais dispersas e policêntricas, incorporando novos centros onde o valor da terra aumenta, juntamente com as vantagens de localização, a natureza dos edifícios e a qualidade da infraestrutura (AUTOR et al. 2016).

Os serviços financeiros, como parte do setor agregado de serviços, têm sua própria localização e dinâmica de crescimento. Dadas as suas elevadas tendências de aglomeração e centralização, os serviços financeiros estão inerentemente relacionados com o crescimento urbano, especialmente no desenvolvimento de nódulos ou sub-centralidades locais. Uma característica básica para mercados financeiros é que eles precisam ser intrinsecamente grandes, já que a necessidade de manter níveis de liquidez controlados exige crescimento suficiente para permitir que a entrada e saída de investidores e usuários não afete, efetivamente, a atividade financeira. Isso também explica por que os mercados financeiros são geralmente concentrados localmente e porque se espalham desigualmente pelo território, uma vez que as condições para crescer não são encontradas em todos os lugares.

As características dimensionais dos mercados financeiros, nesse sentido, os tornam mais propensos a serem formados por micro-redes sociais hierárquicas (intrinsecamente urbanas) de compradores e vendedores, com efeitos importantes na fixação de preços pelas instituições financeiras. A disseminação de informações nesses mercados e a volatilidade relacionada à tal tornam crucial a formação de uma rede para rastrear e processar todas as informações necessárias a esquemas interpretativos de informação que condicionam a atividade financeira. O lugar urbano financeiro é, portanto, o *locus* de concentração de tais fluxos de informação, o que pode levar a uma disseminação desigual de interpretações e informações pela rede regional mais ampla. Segundo Carvalho (2014), na impossibilidade de obter um conjunto de informações completo, os mercados compartilham usualmente convenções - conjunto psicológico de crenças comuns que orientam os comportamentos. Assim, a concentração urbana financeira é o local privilegiado onde essas informações são compartilhadas, o que fragmenta outros componentes de uma região em sub-espços financeiros (localidades urbanas) com diferentes configurações de informação e interpretação, transformando a concentração espacial em uma resposta natural a informações diversamente disseminadas.

Em termos urbanos, recursos humanos especializados e infraestrutura desenvolvida reforçam a concentração financeira por meio da melhoria dos custos relacionados a transações e informações. As empresas financeiras se beneficiam de características de localização derivadas da magnitude da atividade econômica local, que também é responsável pelo agrupamento adicional de outras atividades financeiras. Isso é válido para todos os tipos de instituições financeiras e os serviços que eles oferecem. Segundo Budd e Parr (2000), do



ponto de vista do tamanho local dos mercados financeiros, amplos mercados locais melhoram a liquidez e a parcela de riscos assumidos pelos agentes, o que, por sua vez, permite que instituições financeiras operem com spreads menores em seus serviços. Alternativamente, os sinais de preços em mercados de menor profundidade (geralmente as periferias) flutuam de forma bastante descontínua, o que impõe limites às atividades de negociação (ou, nos termos da seção anterior, na forma de uso do serviço). No caso de intermediação financeira simples, por exemplo, os mercados locais podem ser diferenciados pelas possibilidades de transformar o risco, a maturidade dos ativos (liquidez) e os custos de transação. Assim, a gestão eficiente das carteiras locais tem impacto significativo na valorização dos ativos financeiros.

O desenvolvimento dos mercados financeiros locais também depende da diversificação das instituições e dos complexos serviços financeiros que oferecem. Isso ocorre porque as características urbanas que moldam a complexidade dos serviços determinam a força dos laços financeiros espaciais que eventualmente definem tamanho e limites da cidade, determinando inclusive sua posição em uma rede financeira regional mais ampla. Dessa forma, os mercados financeiros podem ser analisados através da estrutura de lugares centrais (CHRISTALLER, 1966; BUDD e PARR, 2000; CROCCO, CAVALCANTE e BARRA, 2005; CROCCO, SANTOS e AMARAL, 2010), onde uma centralidade financeira pode ser definida como o número de serviços financeiros complexos oferecidos em um local em relação a uma hierarquia específica.

A dinâmica de centralidade de um serviço financeiro é determinada, seguindo Christaller (1933 [1966]), por mudanças na renda definida em um espaço determinado. Isso ocorre porque os produtores de serviços financeiros especializados aumentam os limites espaciais de oferta sempre que percebem que a expansão dos serviços em direção aos locais de expansão de renda pode maximizar os lucros. Em termos de custos para agentes financeiros, uma mudança na centralidade está relacionada a economias de escopo. Como tal, a diversificação dos serviços financeiros fornecidos por empresas financeiras segue, portanto, economias internas e externas de urbanização e complexidade. A aglomeração das atividades financeiras proporciona melhor supervisão gerencial e níveis superiores de coordenação (PARR, 2002) para as firmas financeiras, além da diversificação de serviços e aumento da participação na economia local.

A partir dessa discussão, a disponibilização de diversos serviços complexos (de baixa a alta ordem) pode ser considerada intrinsecamente um fenômeno urbano, uma vez que a oferta depende de uma estrutura naturalmente concentrada nesses espaços, o espaço da organização das atividades econômicas regionais, da população e da renda. Todos esses fatores tomam forma através de desenvolvimentos históricos (*path-dependence*), criando diversos tipos de tecidos financeiros de relações ancorados em centros urbanos, formando uma rede financeira mais ampla de cidades com sistemas financeiros locais de diferentes graus de desenvolvimento.



Uma vez que a centralidade regional começa a evoluir em aglomerações financeiras urbanas, a hierarquia financeira muda dinamicamente com variações nas conexões de atividades reais econômicas e nos *loci* de decisão financeira. Este é um processo que promove mudanças em diferentes camadas espaciais, primeiro afetando a dimensão urbana e, depois, expandindo-se para um conjunto mais amplo que formaliza a dinâmica entre diferentes conjuntos de espaços. Em termos de dinâmica urbana financeira é possível afirmar, portanto, que sua dinâmica é, por um lado, impulsionada por fatores de demanda, como renda, densidade populacional e facilidade de acesso (principalmente custos de transporte). Por outro, as características da oferta de serviços também devem ser levadas em consideração, mais especificamente, a decisão sobre quais serviços oferecer e a quem devem ser oferecidos, o que, em última instância, leva a decisões sobre a localização de provedores de serviços financeiros.

Mudanças no tamanho da população e no poder de compra de diversos grupos econômicos, especialmente aqueles em que os serviços financeiros representam uma parcela maior em seus gastos totais, são os usuais fatores determinantes da demanda por serviços e produtos financeiros no espaço. Níveis mais elevados de renda estão positivamente correlacionados com uma maior demanda por serviços financeiros de ordem hierárquica diversa, de baixa a alta complexidade, tanto em termos de quantidade quanto variedade, já que níveis crescentes de consumo e investimento requerem acesso financeiro a uma maior extensão de serviços complementares. Os serviços financeiros são, de fato, formulados para extrair parcelas da renda das famílias e das empresas, portanto, quanto maior a renda, mais os ofertantes de serviços financeiros oferecem serviços que lhes permitam gerar receitas e aumentar lucros.

Tal processo de expansão está longe de ser equilibrado. Em um mundo onde a transição tecnológica se acelerou em diversas áreas, a organização das empresas, estruturada sob novas tecnologias de informação e comunicação, de fato promoveu a penetração de serviços financeiros em diferentes mercados, disseminando atividades em diferentes graus, sujeitas a atender de alguma forma as demandas da população de baixa renda (de forma muitas vezes predatória) em áreas consideradas de menor importância (CUADRADO-ROURA, 2013). Essas pessoas geralmente possuem acesso limitado ou, no limite, não têm acesso algum a serviços financeiros e, portanto, são financeiramente excluídas, tendo que lidar com custos que restringem seu acesso a outros tipos de serviços e bens. A exclusão financeira absoluta, refletida na ausência plena de acesso, pode se transformar em exploração financeira, caso um aumento da renda e da riqueza, e concomitante aumento da procura e uso de serviços, seja acompanhada por desconhecimento na tomada de decisões sobre o consumo de serviços financeiros. Assim, a exclusão financeira adquire traços relativos ao uso, sendo medida pelo grau de precariedade na utilização dos serviços financeiros. O sistema financeiro se expande para as periferias, portanto, por meio de um processo que permite a

evolução de novas subcentralidades e desconcentração, embora esse processo possa ser moderado pelo uso precário de serviços financeiros, o que pode levar ao sobreendividamento e a relações financeiras injustas.

Embora os fatores de demanda sejam fundamentais, as características da oferta de serviços financeiros não devem ser descartadas. As decisões sobre a quantidade e a complexidade dos serviços que devem ser fornecidos são fundamentalmente impulsionadas pela demanda, mas também são cuidadosamente projetadas para maximizar os retornos para os provedores de serviços financeiros. Portanto, as decisões sobre onde se localizar e quais serviços fornecer, e a que preço, estão profundamente enraizadas no espaço, sendo que o valor da terra e as amenidades urbanas provavelmente desempenham um papel importante em tais decisões. Existe, de fato, um processo histórico de desenvolvimento urbano que é caracterizado por uma dependência de trajetória que molda a localização de provedores financeiros. Uma vez que decidam onde localizar, economias de aglomeração ocorrem e se dá início à concentração espacial financeira. No entanto, a dinâmica do desenvolvimento urbano costuma permitir a construção de novos espaços na cidade, gerando novas oportunidades de expansão dos serviços financeiros.

Por fim, é importante destacar que as características financeiras intra-urbanas operam através de uma rede hierárquica que se conecta a espaços globais definidos. As relações das cidades e suas áreas de influência mudaram muito como resultado de novos sistemas de transporte e conexão, que têm eliminado centros de nível inferior e fortalecido os principais pólos e centros nacionais, permitindo o surgimento de um número limitado de cidades globais (SASSEN, 1991). Serviços financeiros altamente complexos estarão necessariamente localizados nos principais centros globais, pois eles, como grandes centros aglutinadores, contam com informações complexas e contatos face a face que dão suporte ao tratamento e propagação destas. Nas últimas décadas, com o aumento das tecnologias de comunicação e informação, aumentou o debate sobre o fim da necessidade da presença física para bancos e outros provedores financeiros. Entretanto, esse movimento não é garantido: se os serviços remotos estão ganhando mais importância nas operações financeiras diárias, especialmente para serviços de baixa complexidade, esses serviços não são disponibilizados para toda a população, especialmente em países com altas taxas de desigualdade de renda, onde ainda há grande número de pessoas completamente excluídas ou que têm ainda grandes barreiras para acessar serviços financeiros (AUTOR et al., 2016). Além disso, existem serviços complexos que continuarão ancorados espacialmente, exigindo contatos face a face e mão-de-obra altamente especializada. Do ponto de vista urbano, muitas áreas de baixa renda não têm acesso a serviços financeiros locais, muito menos serviços remotos. Nesses casos, ainda existe incentivos para a presença física de provedores financeiros, pois os contatos face a face ainda são preferidos, mesmo para serviços financeiros de baixa complexidade.



SERVIÇOS BANCÁRIOS EM BELO HORIZONTE

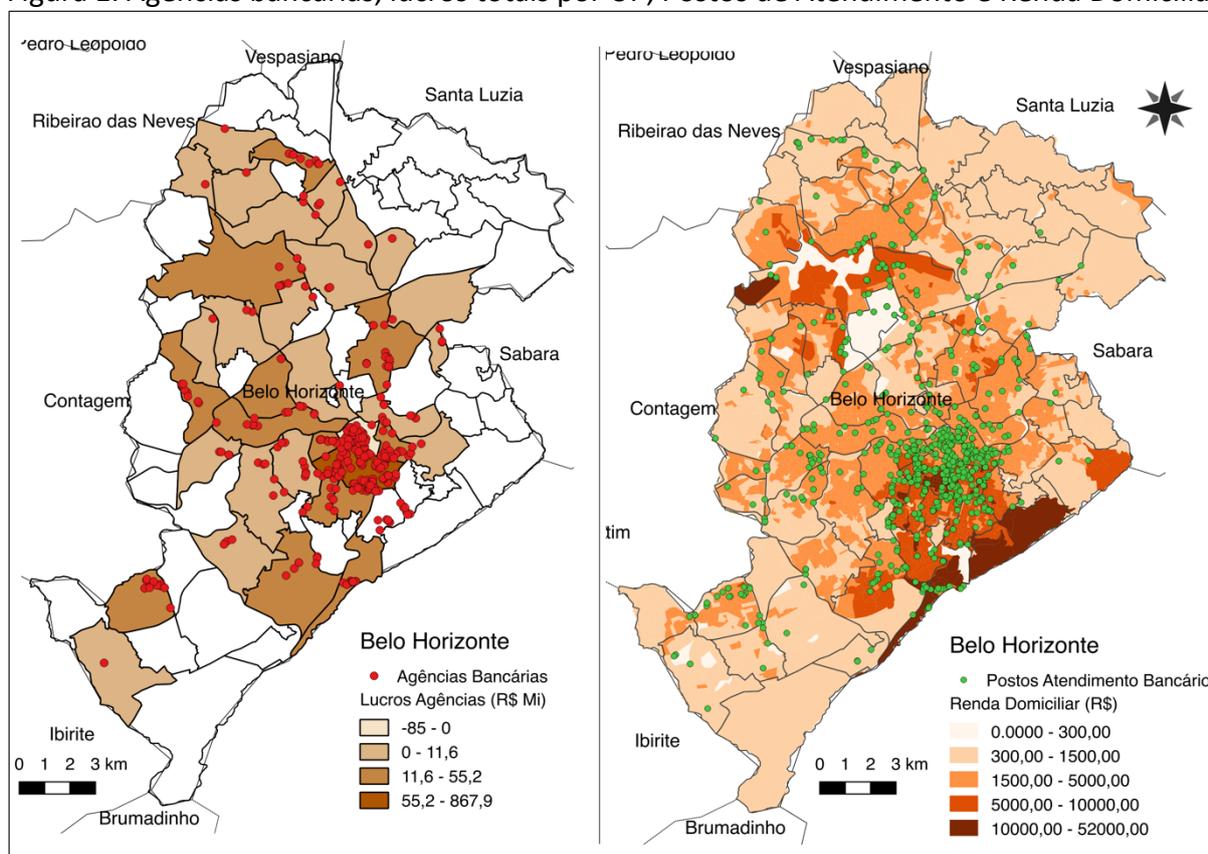
Essa seção tem o propósito de descrever e analisar um conjunto de variáveis que possa expor as relações entre a disposição das atividades bancárias, suas implicações em termos de centralidade urbana e suas implicações sobre a qualidade de vida nas unidades de planejamento de Belo Horizonte. Os dados apresentados foram coletados a partir de diversas fontes: dados sobre renda e população advém do Censo (IBGE, 2010); dados sobre qualidade de vida urbana são disponibilizados pela prefeitura de Belo Horizonte (PBH, 2014) e dados sobre atividade bancária foram obtidos no Banco Central (BACEN). Estes dizem respeito aos balanços das agências bancárias no município de Belo Horizonte, contendo informações sobre volume de ativos e seus componentes (aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito), passivos e seus componentes (depósitos à vista, à prazo, poupança, impostos coletados) e as contas de resultados (receitas e despesas) que indicam o lucro operacional das agências. As agências bancárias foram georeferenciadas de acordo com endereços disponibilizados pelo próprio BACEN. A essas informações se agregam a localização dos postos de atendimento bancários.

A localização de agências e postos de atendimento bancários são capazes de oferecer uma perspectiva sobre a complexidade dos serviços bancários oferecidos em cada unidade de planejamento de Belo Horizonte. Os postos de atendimento são unidades de oferta de serviços menos complexos, como saques, consulta a extratos e pagamento de contas. A agência bancária, por outro lado, é capaz de oferecer uma gama de serviços mais ampla, dos menos complexos até os mais sofisticados, como operações de crédito, de compra e venda de títulos e de câmbio. Essas unidades de oferta de serviço operam com maiores custos, com despesas referentes a alugueis e contratação de mão de obra.

A área de atuação espacial das unidades bancárias depende de um conjunto de elementos que explicam não só a oferta dos serviços, mas também a demanda atendida. Por um lado, por concentrar um conjunto de serviços de maior complexidade, o raio de ação das agências é mais abrangente em termos espaciais, cobrindo uma área de oferta mais ampla a partir da oferta de serviços mais complexos. Os postos de atendimento têm, portanto, menor área de oferta espacial. Por outro lado, há elementos de demanda, como os derivados do custo de transporte até a unidade bancária. Além disso, fatores como população e renda também afetam a demanda por serviços financeiros (FIGUEIREDO e CROCCO, 2012; SICSÚ e CROCCO, 2003). Uma vez que a renda e a população se aglomeram em determinados espaços, é possível dizer que a área de oferta e demanda de serviços sofrem efeitos opostos: a maior complexidade dos serviços oferecidos ampliam sua oferta, que é feita de um lugar central dentro do município; ao mesmo tempo, os bancos devem buscar ativamente clientes, expandindo suas atividades ao instalar unidades de atendimento em espaços específicos, desde que propiciem os retornos esperados.

A Figura 1 abaixo mostra a disposição espacial de agências e postos de atendimento bancário em Belo Horizonte a partir de um contraponto entre a renda por unidade domiciliar e o total de lucros bancários das agências nas unidades de planejamento. A seguinte tipologia foi utilizada para divisão da renda (em cinco categorias): muito baixa (0 a R\$ 300), baixa (R\$ 300 a 1500), média (1500 a 5000), alta (R\$ 5000 a 10000) e muito alta (acima de R\$ 10000). Na figura, a primeira constatação que 40 unidades de planejamento não possuem agências bancárias, enquanto 13 UPs não possuem postos de atendimento. Essas regiões, portanto, sofrem alta exclusão financeira absoluta. Ainda na figura, é possível visualizar a concentração de unidades bancárias na região centro-sul de Belo Horizonte, em espaços de maior aglomeração de renda e pessoas.

Figura 1. Agências bancárias, lucros totais por UP, Postos de Atendimento e Renda Domiciliar

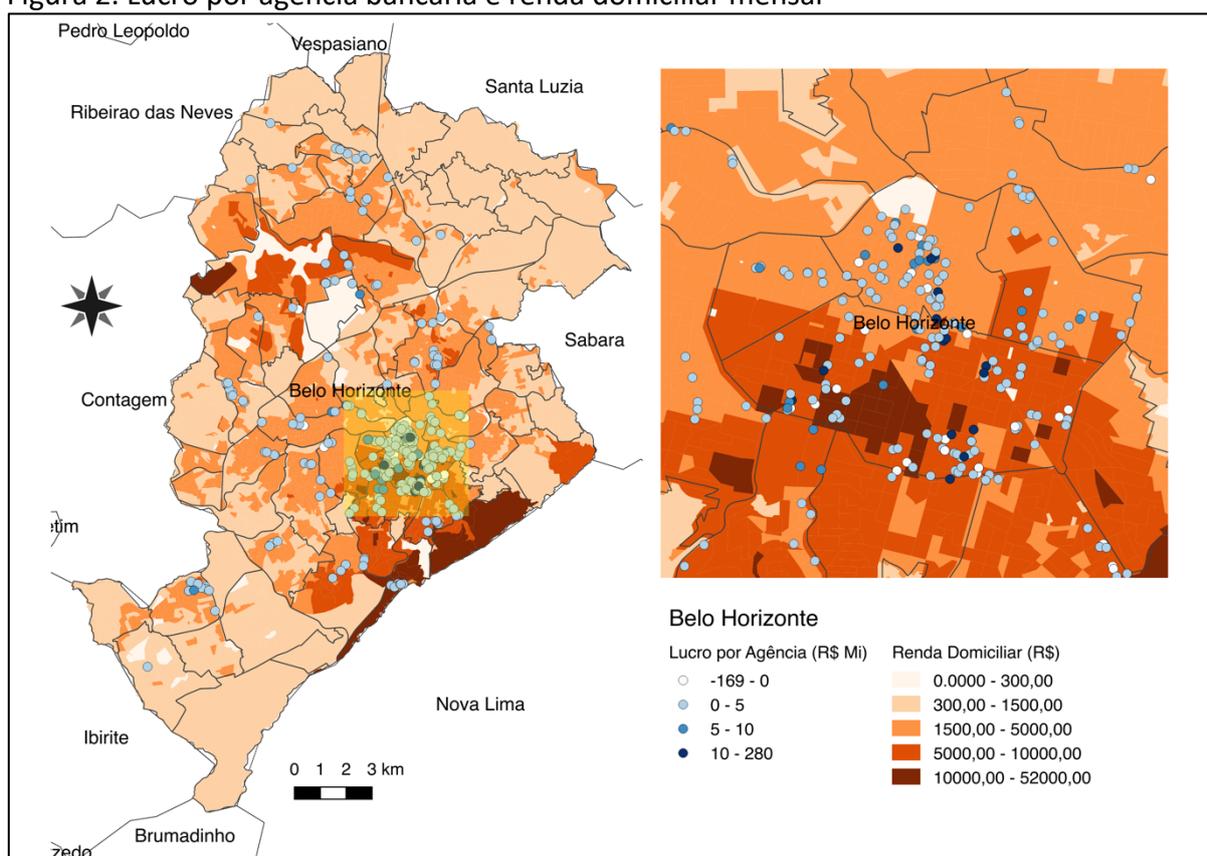


Fonte: Elaboração própria a partir de BACEN (2010) e IBGE (2010)

Os postos de atendimento, mais pulverizados pela cidade, tendem a seguir os níveis de renda domiciliar baixa (Figura 1, mapa à direita). Já as agências, altamente concentradas espacialmente, tendem, de forma geral, a se situarem em unidades de planejamento de maior renda (média e alta) onde são capazes de gerar maiores lucros (Figura 1, mapa à esquerda). As agências que se localizam fora da região centro-sul também seguem um padrão locacional referente a grandes vias urbanas, que se estendem para o eixo norte (em direção à sede do governo e ao aeroporto), eixo oeste (em direção ao município de Contagem), eixo sudoeste (em direção à unidade de planejamento Barreiro) e em direção ao sul.

Ao se avaliar a média de lucros por agência em cada unidade de planejamento (Figura 2), é possível perceber uma correlação positiva entre lucros da agência e renda por domicílio: as agências com menores lucros tendem a se localizar fora da região centro-sul, particularmente em setores censitários de renda média. As agências de maiores lucros se concentram na região central, onde também se encontram agências que tiveram prejuízos em 2010. Essa distribuição pode indicar certo grau de resiliência do centro de negócios (CBD) da cidade, com concentração de agências com maior grau de hierarquia funcional, sejam por serem matrizes (como o Banco Mercantil) ou sub-matrizes de bancos, concentrando lançamentos contábeis de um conjunto de matrizes e postos de atendimento. Dessa forma, uma matriz ou mesmo um banco com uma única agência acaba por contabilizar prejuízos de outras agências (até mesmo localizadas em outros municípios). A localização no CBD (centro-sul) também tem raízes históricas, sendo o local de instalação dos primeiros bancos na cidade. Nesse sentido, uma trajetória *path-dependence* pode explicar o desenvolvimento da centralidade financeira urbana. Os postos de atendimento bancário, por sua vez, têm distribuição mais pulverizada, se localizando

Figura 2. Lucro por agência bancária e renda domiciliar mensal



Fonte: Elaboração própria a partir de BACEN (2010) e IBGE (2010)

As figuras acima, portanto, nos sugerem alguns elementos importantes na disposição de unidades bancárias que podem, inclusive, transpor a simples análise de localização e oferta de serviços como elemento crucial na qualidade de vida urbana. Assim, renda e população são

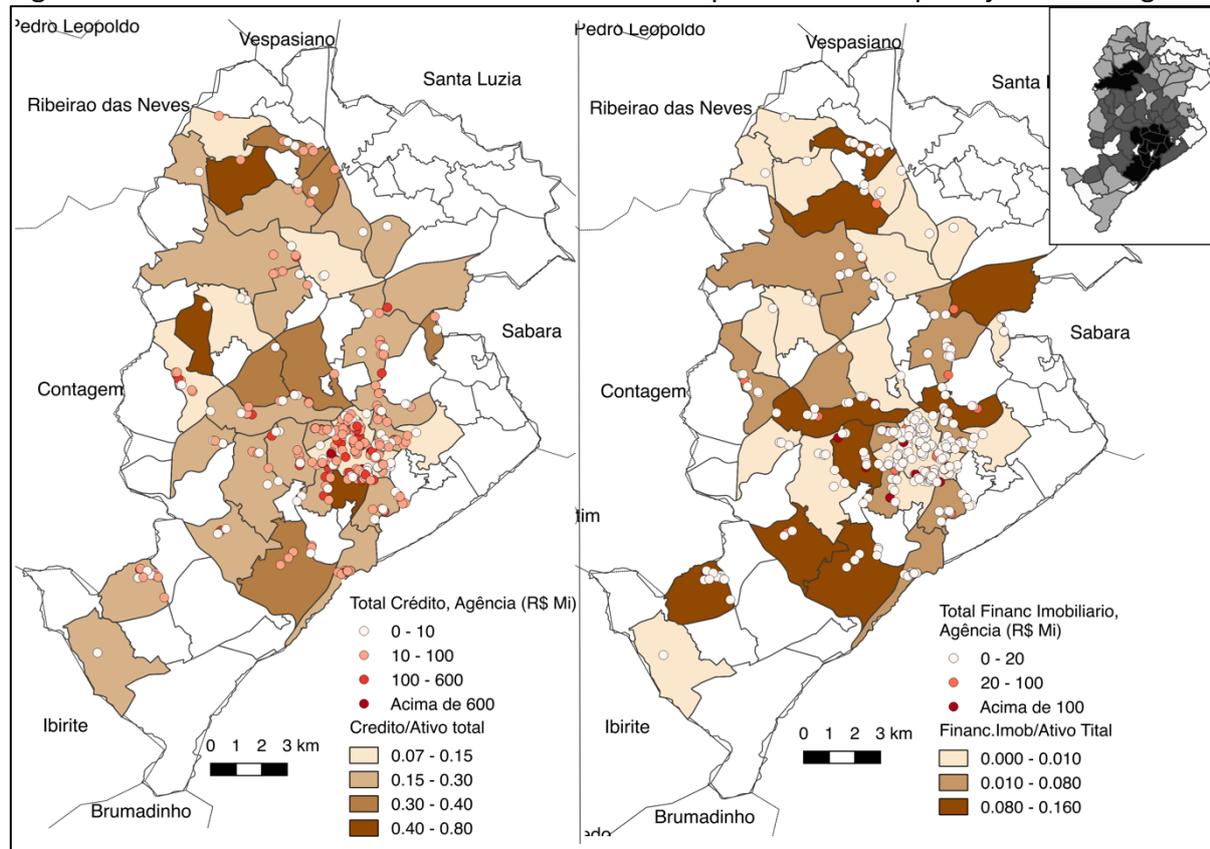
importantes condicionantes, além de eixos rodoviários de integração da cidade. Em diversas unidades de planejamento da cidade, em especial naquelas de renda muito baixa, não há presença de agências bancárias (e, por conseguinte, oferta de serviços complexos), muito menos de postos bancários. Mesmo nas áreas de renda média, também é menor a presença de agências e, quando presente, usualmente estão próximas ou em bolsões de renda alta (como é possível visualizar na porção norte do mapa na Figura 2). A exceção fica por conta da região de Venda Nova (na porção norte, próximo ao município de Vespasiano), que possui seis agências bancárias em região renda muito baixa. É possível que essa região tenha atraído agências por conta do movimento de valorização imobiliária dos anos 2000, como reportado em (AUTOR, 2017).

Por outro lado, os fatores condizentes à forma com que os serviços bancários são utilizados, que dizem respeito às decisões de alocação e uso dos serviços (tanto dos bancos quanto dos usuários), como concentração espacial de fluxos financeiros, volume de operações de crédito, alocação de portfolio, níveis de inadimplência etc., mais do que a simples localização de unidades de atendimento e acesso a serviços bancário, também podem ser analisados como elementos condicionantes da qualidade de vida urbana. Um aspecto importante são os tipos e em que condições se dão os empréstimos.

Na Figura 3 é possível visualizar as unidades de planejamento com maiores níveis médio de oferta de crédito relativo ao tamanho dos ativos (crédito/ativo total, mapa à esquerda) e de financiamentos imobiliários (financiamento imobiliário/total ativo, mapa à direita). Essas informações são contrapostas ao volume de crédito e financiamento imobiliário em cada agência. O mapa no quadrante superior direito é a distribuição espacial do padrão de acabamento das moradias em Belo Horizonte, um indicador de qualidade de habitação (padrão de qualidade é maior em áreas mais escuras).

A distribuição espacial do crédito relativo é um indicativo da disposição das unidades bancárias em emprestar. De forma geral, a decisão de alocação do portfólio de ativos de uma agência depende da demanda por ativos (títulos e empréstimos, por exemplo) e da administração do balanço da própria agência. Para a oferta de crédito, a unidade bancária deve avaliar se é capaz de manter solvência a partir dos prazos de vencimento estipulados para suas obrigações e despesas, dados o risco da operação e os limites determinados pela sua matriz. Portanto, ao realizar um empréstimo (obter um ativo ou direitos de recebimento), a agência deve ser capaz de administrar seus passivos (obrigações de pagamento) afim de evitar descasamentos (tempo e liquidez) que possam comprometer seu funcionamento.

Figura 3. Total de Crédito e Financiamento Imobiliário por unidade de planejamento e agência



Fonte: Elaboração própria a partir de BACEN (2010) e PBH (2014)

Na Figura 3 percebe-se que a região centro-sul tem baixos níveis de crédito/ativo, enquanto as demais unidades de planejamento, especialmente na sua vizinhança mais próxima, têm níveis relativamente maiores. Essa disposição espacial pode ser explicada a partir da escala e tipo de serviço oferecido. A escala de operação pode ser avaliada pelo volume de crédito em cada agência: no mapa à esquerda é possível ver que as agências fora da região centro-sul operam com menores volumes de oferta de crédito. Ao mesmo tempo, a região centro-sul, por concentrar e centralizar a maior parte das unidades bancárias (e das matrizes dos bancos na cidade) opera como um lugar central de maior nível hierárquico. Isso leva às agências localizadas nesse espaço a operar em maior escala e com outros ativos financeiros, além de empréstimos, em seus portfólios. As operações financeiras das unidades bancárias no CBD incluem relativamente mais ativos de maior liquidez ao invés de empréstimos (de maior prazo e menor liquidez), o que diminui o volume de crédito na região. Alternativamente, as outras unidades de planejamento tendem a operar em menor escala e com mais serviços de crédito, que são funções de menor nível de complexidade relativamente às operações de compra e venda de títulos financeiros. Em outras unidades de planejamento, como Castelo e Copacabana (ao norte), as agências possuem portfólios com volume significativo de empréstimos, o que indica menor diversificação de portfólio.

O segundo motivo diz respeito à demanda por serviços de crédito nas unidades de planejamento. Apesar da dificuldade em avaliar esse fator, pois seria necessário ter informações mais específicas sobre a demanda por crédito, é possível que, dada a alocação das agências, haja maior demanda relativa por crédito em certas unidades de planejamento derivada dos níveis de renda e do tamanho da população local. Na Figura 2 podemos perceber que há setores censitários ao norte e sul da cidade com maiores níveis de renda familiar, o que coincide com unidades de planejamento que indicam maior nível relativo de crédito.

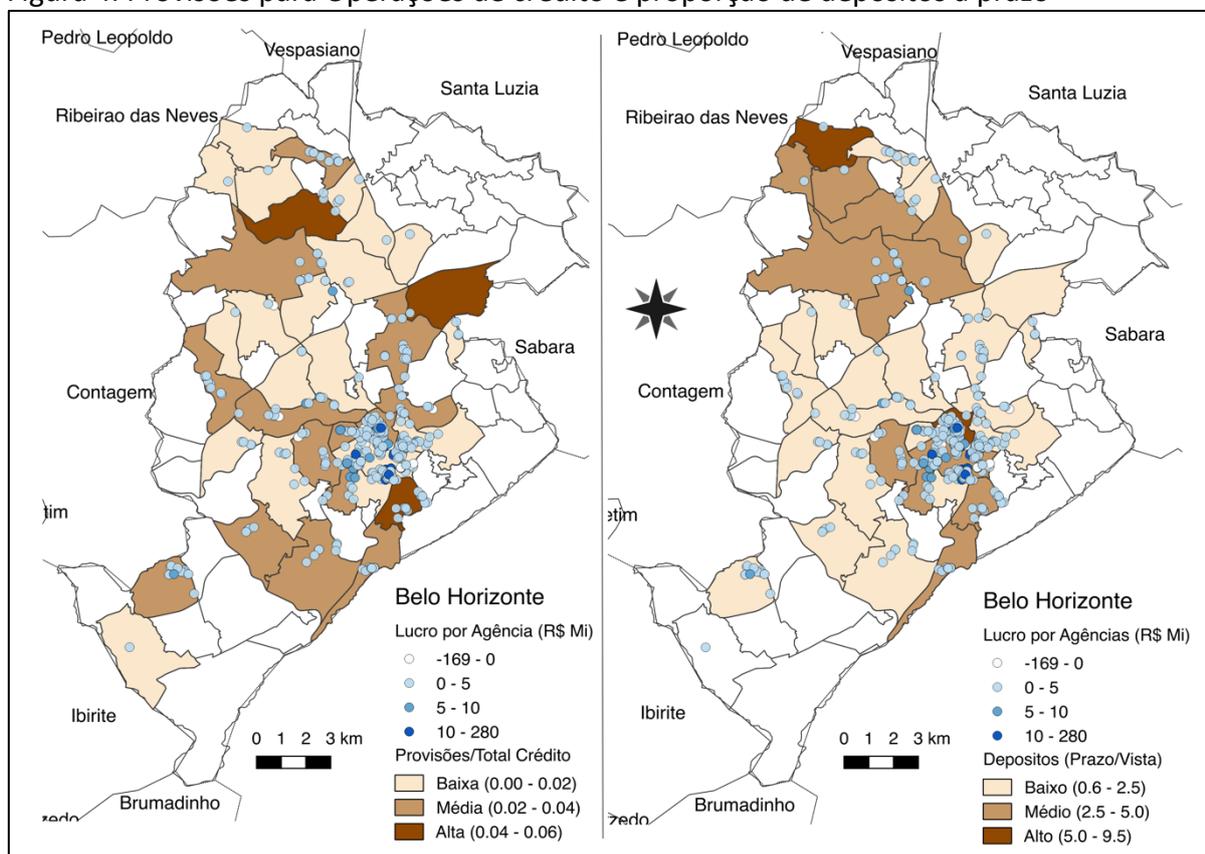
Por conta dessa interdependência, a análise da distribuição espacial do crédito deve levar em conta, portanto, tanto as decisões de oferta quanto de demanda e, particularmente, para cada tipo de serviço de crédito oferecido. As decisões dos agentes, tanto dos ofertantes de recursos quanto dos demandantes, e suas diferenças no espaço divergem, portanto, conforme o tipo de serviço transacionado. Para as operações de crédito, por exemplo, há diferenças entre empréstimos destinado a consumo ou produção; há também diferenças advindas da obrigatoriedade da destinação de recursos, como no caso de repasses de recursos de outras instâncias e créditos de direcionamento livre. No mapa à direita na Figura 3 destaca-se os financiamentos imobiliários nas UPs de Belo Horizonte. A maioria das agências em Belo Horizonte operou em 2010 com volume de ativos até R\$20 milhões. Em termos das UPs, as proporções de financiamento imobiliário são maiores nas regiões de renda baixa e média, com exceção das UPs na porção sul da cidade. Destaque deve ser dado à região de Venda Nova, de renda muito baixa, mas com volume relativo de crédito imobiliário alto. A região Centro-sul, por outro lado, mesmo com a presença de algumas agências com maiores níveis de operação de crédito imobiliário, apresenta proporções menores do indicador. Essas informações podem ser comparadas ao padrão de qualidade das habitações no município (quadro no canto superior direito da Figura 3). Como o padrão de acabamento das habitações (qualidade) se reduz à medida que se distanciam do centro, é possível que existam maior demanda por recursos de financiamento imobiliário em localidades fora do eixo central.

Já a Figura 4 mostra os provisionamentos das agências para suas operações de crédito. Em geral, por conta da regulação do Banco Central, os bancos devem fazer provisionamentos de recursos quando realizam operações de crédito para se resguardarem da inadimplência de seus clientes. O provisionamento é realizado segundo o perfil do cliente (renda, garantias, avais) e o tipo de operação (destino dos empréstimos), o que gera ajustes nas taxas de juros cobradas segundo a avaliação de risco. Em geral, quanto maior o risco, maior o provisionamento e as taxas de juros cobradas. Dessa forma, é possível que aumentos de volumes de provisionamento nas unidades de planejamento indiquem empréstimos com perfis mais arriscados e/ou maiores taxas de juros cobradas. No mapa à esquerda na Figura 4, as agências bancárias da região Centro-Sul possuem baixa razão entre provisionamento e operações de crédito. Portanto, as agências do CBD em Belo Horizonte tendem a oferta crédito com riscos menores e, provavelmente, taxas de juros menores. Outras unidades de

planejamento de renda baixa (Santa Amélia e São Paulo-Goiânia) encontram-se em situação oposta, com condições de crédito de maior risco. Essas características tendem a indicar posições de vulnerabilidade financeira que podem refletir na qualidade de vida urbana. Entretanto, uma análise mais cuidadosa é requerida, já que não há um padrão espacial bem definido em termos de provisões relativas de crédito. Por exemplo, algumas unidades de planejamento de maior renda, como Pampulha e Anchieta-Sion têm provisionamento relativo alto, que pode sugerir agentes ou atividades mais arriscadas nessas áreas.

O mapa à direita da Figura 4 apresenta a proporção entre depósitos a prazo e à vista nos passivos das agências. O indicador indica a relação entre duas obrigações de diferentes maturidades das agências, que apontam para a capacidade das unidades bancárias em alongar seus passivos. Uma vez oferecidos empréstimos de maior prazo, as agências devem equilibrar seus balanços ao equiparar seus prazos de recebimento (receitas advindas de ativos) com prazos de pagamentos (obrigações derivadas de seus passivos). Na Figura 4 há duas aglomerações espaciais com maiores proporções de depósitos a prazo: a região Centro-Sul e o Norte. Portanto, as possibilidades de *funding* nessas unidades de planejamento é capaz de proporcionar maior flexibilidade às agências na oferta de ativos, como empréstimos de maior prazo e, se desejado, em condições mais favoráveis. Portanto, é de se esperar que o uso de serviços e produtos financeiros nesses espaços seja caracterizado por condições melhores, amenizando adversidades que possam piorar a qualidade de vida.

Figura 4. Provisões para Operações de crédito e proporção de depósitos a prazo



Fonte: Elaboração própria a partir de BACEN (2010) e IBGE (2010)

A partir dessa primeira análise, fica evidente que há fatores de concentração e centralidade financeiros típicos da cidade de Belo Horizonte que merecem maior atenção. Portanto, o próximo passo desse trabalho é avaliar de forma mais específica os efeitos da distribuição espacial do acesso, das formas de uso de serviços bancários (financeiros) sobre a qualidade de vida urbana em Belo Horizonte.

ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ESPACIAL

Esta seção tem o objetivo de analisar, de forma preliminar, padrões de correlação espacial entre uso de serviços financeiros e qualidade de vida urbana. De forma exploratória, o objetivo é averiguar se há algum efeito de alocação de portfólio (de unidades bancárias e da população sobre o IQVU), descontado uma possível correlação espacial entre os níveis de IQVU entre UPs vizinhas. Para tanto, serão estimadas regressões que permitam controlar para efeitos invariantes no tempo que são específicos para cada unidade de planejamento em Belo Horizonte. Nesse modelo, de acordo com Fingleton (2008), a heterogeneidade espacial é tida como um efeito aleatório, sendo que a interação espacial (atribuída a uma variável dependente) identifica efeitos de *spillover* entre unidades de planejamento. No caso em estudo aqui, a qualidade de vida em diferentes UPs pode ter correlação espacial derivada de efeitos de aglomeração (seus custos ou benefícios) e *spillovers* entre os diversos espaços na cidade.

A intenção aqui é avaliar se o uso relativo de serviços financeiros mais complexos tem algum efeito sobre a qualidade de vida urbana. Espera-se que serviços mais complexos ofereçam caracterizem formas de uso mais sofisticadas, com possibilidade de gerar melhores oportunidades para seus usuários. Serão considerados três possíveis indicadores para averiguar os efeitos derivados do uso dos serviços financeiros. O primeiro diz respeito à alocação do portfólio de ativos das agências bancárias. O indicador utilizado mede a proporção alocada entre a) ativos de alta complexidade (maior grau de centralidade: aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações de crédito complexas) e b) ativos de menor complexidade (financiamentos e empréstimos). Quanto maior for o indicador, maior é a alocação relativa em ativos de maior centralidade, indicando uma preferência das agências por serviços mais complexos na UP, de maior sofisticação financeira e, em geral, de maior liquidez.

O segundo determinante diz respeito à quantidade de postos de atendimento bancário (PA) em cada UP. Os PAs são unidades que ofertam serviços menos complexos (como pagamentos, saques e outras transações simples). Portanto, o indicador aponta para a disponibilidade de unidades de serviços de baixa complexidade, uma proxy para acesso a serviços financeiros mais simples e complementares à oferta de serviços agências bancárias. Por fim, o modelo ainda inclui uma variável relativa à disposição local dos agentes em manter

ativos de menor liquidez. Essa característica é captada pela proporção entre depósitos a prazo e depósitos à vista (DPDV), uma medida aproximada da decisão de portfólio dos ofertantes de recursos (credores) por UP. O aumento da proporção DPDV indica uma menor preferência pela liquidez, com aporte de recursos de maior maturidade e, portanto, uma maior propensão local em utilizar serviços financeiros mais sofisticados.

O modelo também inclui duas variáveis para controlar diferenças entre as UPs, quais sejam, a renda domiciliar média e o número de moradores em cada UP, calculados a partir dos dados censitários (IBGE, 2010). Duas especificações foram estimadas, sendo que uma contém apenas a variável de portfólio das agências e a outra inclui o número de postos de atendimento bancário e a alocação de portfólio do público. Essa divisão foi feita porque a segunda especificação reduz o número de observações, já que algumas UPs não contêm valores (*missing data*). Os coeficientes estimados devem ser, portanto, vistos com cautela, uma vez que não há informações para todas as variáveis para UPs (não há, por exemplo, agências bancárias nem PAs em UPs ao norte e ao sul de Belo Horizonte), sendo que o número de observações cai de um total de 79 UPs para 56 (modelos 1 e 2) e 47 (modelos 3 e 4). Em ambas especificações, foram utilizados um modelo de regressão convencional (mínimos quadrados ordinários) e um modelo que considera a dependência espacial na variável dependente (W_IQVU). A Tabela 1 abaixo apresenta os resultados das estimações.

Tabela 1. Resultados do modelo

	Estimação 1 ln_IQVU	Estimação 2 ln_IQVU	Estimação 3 ln_IQVU	Estimação 4 ln_IQVU
Intercepto	-0,48 (0,361)	-0,47 (0,329)	-0,52 (0,355)	-0,54 (0,327)
W_ln_IQVU	-	-0,34 (0,131)	-	-0,15 (0,110)
ln_portfolio	0,01 (0,005)	0,01 (0,005)	0,01 (0,006)	0,01 (0,005)
ln_DPDV	-	-	-0,01 (0,018)	-0,016 (0,016)
ln_PA	-	-	0,02 (0,012)	0,03 (0,010)
ln_pop	-0,11 (0,052)	-0,13 (0,048)	-0,08 (0,056)	-0,09 (0,052)
ln_renda-dom	0,11 (0,014)	0,11 (0,013)	0,09 (0,018)	0,08 (0,016)
Rho	-	-0,3426	-	-0,1522
R ²	0,5914	0,6344	0,6259	0,6393

Fonte: Elaboração própria. Todas as variáveis em logaritmos. Coeficientes em negrito significantes até 10%. Erros-padrão entre parêntesis.

Os resultados indicam que a alocação de portfólio da agência (portfolio), em sentido de maior sofisticação de ativos, tende a aumentar a qualidade de vida urbana na UP. Esse resultado é robusto às especificações, o que sugere que a maior sofisticação no uso de serviços pelas agências tende a melhorar as condições locais de vida. A escolha por esses ativos indica



uma intermediação financeira mais complexa, em geral relacionada a serviços diferenciados e, portanto, potenciais geradores de melhores atributos de bem-estar local. O coeficiente para número de postos de atendimento, também significativo e positivo, indica efeitos de maior acesso a serviços menos complexos, o que reafirma a importância do acesso a serviços financeiros como pagamentos, saques, transferências simples etc. para a qualidade de vida urbana nas UPs. Por fim, a alocação de portfólio do público, representado pela relação DPDV na UP, não foi significativo, o que nos impede de tirar maiores conclusões, para essa amostra, sobre efeitos das decisões financeiras dos credores das agências (depositantes) sobre a qualidade de vida local. Sobre a dependência espacial relativa à qualidade de vida urbana, o coeficiente de IQVU_W não é robusto entre as especificações, impedindo também afirmações mais conclusivas. Entretanto, é possível inferir que a correlação espacial negativa, indicando que uma UP com maior qualidade de vida urbana reduz a qualidade de vida na sua vizinhança, perde significância quando incorporamos os efeitos dos serviços bancários.

CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou uma discussão relativa à importância de se avaliar o uso de serviços financeiros como fatores imprescindíveis à dinâmica urbana, em especial à qualidade de vida urbana. O objetivo é discutir as limitações em se averiguar bem-estar nas cidades através apenas do acesso aos serviços financeiros, desconsiderando as formas de uso possíveis e seus efeitos sobre a qualidade de vida. Nesse sentido, o tema abordado nesse trabalho (qualidade de vida urbana e uso de serviços financeiros) se mostra relativamente novo, sem precedentes na literatura especializada. Com a incorporação da discussão sobre uso e seus efeitos dos serviços financeiros, é possível afinar a análise de indicadores, avaliando possíveis quadros de exclusão financeira (absoluta e relativa), assim como possibilidade de usos em condições adversas, que podem gerar estigmatização de usuários e condições de sobre-endividamento, que podem afetar significativamente a vida de vários cidadãos.

Em uma análise preliminar, foi avaliada a disposição espacial de agências e postos de atendimento bancário em Belo Horizonte, além da distribuição espacial de alguns ativos e passivos bancários. É significativa a concentração da atividade bancária na região centro-sul da cidade, de maior poder aquisitivo. Em contrapartida, é visível também o quadro espacial da exclusão financeira, com acesso inexistente em diversas UPs. A aglomeração desse tipo de atividade é uma característica típica, o que reforça a necessidade de incorporar a discussão sobre uso relativo na literatura sobre avaliação de qualidade de vida urbana. Além disso, a análise de um modelo de regressão espacial também sugere a importância de se analisar as escolhas de alocação de portfólio dos agentes financeiros para se entender as variações na qualidade de vida. Esse estudo, ainda preliminar, precisa de maior aprofundamento, seja no sentido de avaliar mudanças temporais nessas relações, ou mesmo averiguar se esses efeitos se repetem em outros municípios do país, sob diferentes contextos e estruturas econômicas e financeiras.



REFERÊNCIAS

- BONIZZI, B. Financialization in Developing and Emerging Countries. *International Journal of Political Economy*, v. 42, n. 4, p. 83–107, 1 jan. 2013.
- BUDD, J.; PARR, L. Financial Services and the Urban System: An Exploration. *Urban Studies*, v. 37, n. 3, p. 593–610, 1 mar. 2000.
- CARVALHO, F. Expectativas, incertezas e convenções. In: Monteiro, D.; Prado, L.; Lastres, H. (Eds.). *Estratégias de desenvolvimento, política industrial e inovação: Ensaios em Memória de Fábio Erber*. 1a. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 235–258.
- CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966.
- COSTA, H. S. DE M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 55–71, mar. 2000.
- CROCCO, M.; CAVALCANTE, A.; BARRA, C. The behavior of liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brazil. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 28, n. 2, p. 217–240, 1 jan. 2005.
- CROCCO, M.; SANTOS, F.; AMARAL, P. V. The Spatial Structure of Financial Development in Brazil. *Spatial Economic Analysis*, v. 5, n. 2, p. 181–203, jun. 2010.
- CUADRADO-ROURA, J. The Location of Services Industry. In: CUADRADO-ROURA, J. (ed.) *Service Industries and Regions: Growth, Location and Regional Effects*, Springer-Verlag: Berlin, 2013.
- DAMIANI, A. L. Qualidade de vida urbana: repensando a cidade? Geography Department, University of Sao Paulo, v. 6, p. 127–131, 1992.
- ENRÍQUEZ, M. A. *Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira*. 1a. ed. São Paulo: Signus Editora, 2008.
- FAHEL, N. Qualidade de Vida Urbana no Município de Belo Horizonte: Análise de Confronto entre Informações Subjetivas e Indicadores Quantitativos. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- FIGUEIREDO, A.; CROCCO, M. A moeda como um fator interferente na escolha locacional das empresas. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 16, n. 3, p. 487–508, dez. 2012.
- FINGLETON, B. A generalized method of moments estimator for a spatial panel model with an endogenous spatial lag and spatial moving average errors, *Spatial Economic Analysis*, 3(1), 27_44, 2008.
- FRENCH, S.; LEYSHON, A.; WAINWRIGHT, T. Financializing space, spacing financialization. *Progress in Human Geography*, v. 35, n. 6, p. 798–819, 1 dez. 2011.
- HALL, S. Geographies of money and finance III - Financial Circuits and the Real Economy. *Progress in Human Geography*, v. 37, n. 2, p. 285–292, 5 abr. 2013.
- HARVEY, D. *Justice, Nature and the geography of difference*. London: Blackwell Publishers, 1996.

- IBGE. Censo Demográfico 2010 Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- KLINK, J.; DENALDI, R. On financialization and state spatial fixes in Brazil. A geographical and historical interpretation of the housing program My House My Life. *Habitat International*, v. 44, p. 220–226, out. 2014.
- LANGLEY, P. Uncertain subjects of anglo-american financialization. *Cultural Critique*, v.65, n.1, p. 67–91, 2007.
- LEMOS, M. B.; ESTEVES, O. DE A.; SIMÕES, R. F. Uma metodologia para a construção de um índice de qualidade de vida urbana. *Nova Economia*, v. 5, n. 2, p. 157–176, 1995.
- MONTEIRO, L.; GOMES, A. O. Desenvolvimento e análise de um índice de qualidade de vida urbana. VIII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Campo Grande/MS. Anais. Campo Grande: 2017
- NAHAS, M. I. P. et al. O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte: um processo de geração de indicadores sociais. *Cadernos de Ciências Sociais*, v. 5, n. 8, p. 88–109, 1997.
- NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do índice de qualidade de vida urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR). XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 20p., 2006.
- PARR, J. B. Agglomeration Economies: Ambiguities and Confusions. *Environment and Planning A*, v. 34, n. 4, p. 717–731, 4 abr. 2002.
- PBH. Relatório geral sobre o cálculo do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH). Belo Horizonte. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=relatorio_iqv_u_rev-set14.pdf>.
- SANFELICI, D. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. *EURE (Santiago)*, v. 39, n. 118, p. 27–46, set. 2013.
- SANTOS, S. R. D. DOS. *A Qualidade de Vida Urbana: aplicação de um inquérito online para a avaliação da percepção individual*. Porto: Universidade do Minho, 2011.
- SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 2, p. 580–588, 2004.
- SEN, A. *Development as Freedom*. 1st. ed. New York: Knopf, 1999.
- SICSÚ, J.; CROCCO, M. A. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. *Economia*, v. 4, n. 1, p. 85–112, 2003.